

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



EM TORNO AO CONCEITO DE “NECRÓPOLE MEGALÍTICA” NA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE (ALTO ALENTEJO, PORTUGAL): MONUMENTOS, ESPAÇOS, PAISAGENS E TERRITÓRIOS

Marco António Andrade / FCT; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / folha-de-acacia@iol.pt

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas considerações sobre o conceito de “necrópole megalítica” com base nas observações realizadas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal). A ocorrência de agrupamentos de monumentos formando “espaços necropolizados”, juntamente com a situação de monumentos aparentemente isolados na paisagem, permite levantar algumas questões sobre a localização destes monumentos no espaço ocupado, em relação concreta a pontos específicos da paisagem ou a áreas de ocupação preferencial – definindo os possíveis esquemas/diagramas de formação de uma necrópole megalítica, encarados como bases de análise na definição do fenómeno de “megalitização” da paisagem. Destaca-se aqui uma visão que não se baseia somente numa Arqueologia da Paisagem, mas também numa Arqueologia do Território, na óptica das antigas comunidades camponesas do Sudoeste peninsular.

ABSTRACT

This paper presents some considerations about the concept of “megalithic necropolis” on the basis of the observations made throughout the megalithic area of Ribeira Grande (North Alentejo, Portugal). The occurrence of clusters of monuments forming “necropolized spaces”, along with the situation of monuments apparently isolated in the landscape, allows to raise some questions regarding the location of these monuments in the occupied space, in relation to specific points in the landscape or to areas of preferential occupation – setting out the possible schemes/diagrams of a megalithic necropolis formation, regarded as a basis of analysis in the definition of the “megalithization” of the landscape phenomenon. It is outlined here an interpretative vision based not only on Landscape Archaeology, but also in Archaeology of the Territory, in view of the ancient peasant communities of the southwestern Iberian Peninsula.

1. ABRINDO: O PROJECTO MEGAFRONT E O MEGALITISMO DA RIBEIRA GRANDE

O projecto *MEGAFRONT – Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande* pretende caracterizar e definir o fenómeno megalítico na área austral do Norte alentejano, baseado na implantação específica dos monumentos e sua relação com espaços de habitat e outros elementos cronoculturalmente coevos.

Estabeleceu-se como objectivo principal deste projecto a definição e caracterização do fenómeno de

“megalitização” da paisagem na área em estudo, pretendendo-se realizar a análise das necrópoles megalíticas do contexto micro-regional em que se incluem. Com o desenvolver dos trabalhos de prospecção arqueológica, foi possível identificar diversos elementos inéditos, entre monumentos megalíticos, povoados, menires e rochas com “covichas” (Andrade, 2009; 2010; 2011), colmatando os inventários de G. e V. Leisner (1959) e A. F. Isidoro (1966), assim como os trabalhos realizados no âmbito de levantamentos patrimoniais genéricos (Carneiro, 2005; Ribeiro, 2008; Rocha, 2011). O presente tra-

balho refere-se assim à apresentação de algumas considerações generalistas, baseadas nos dados até ao momento reunidos, sobre o conceito de “necrópole megalítica” – estabelecendo de que modo os monumentos se inscrevem no espaço, definindo paisagens e territórios (Figura 1).

2. O ESPAÇO FÍSICO: PAISAGENS E TERRITÓRIOS NA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE

A área em estudo caracteriza-se como um espaço de relativa heterogeneidade orográfica, dividindo-se entre a pene-planície do Alto Alentejo e o enchimento terciário da bacia do Tejo. A zona oriental caracteriza-se como uma área de paisagens levemente onduladas, mas onde se encontram elevações imponentes e numerosos relevos residuais. A zona ocidental caracteriza-se por um relevo mais acidentado, com os vales dos principais cursos de água muito escavados e superfícies muito dissecadas, alternando com zonas planálticas que correspondem geologicamente aos depósitos terciários do Tejo.

É possível reconhecer duas grandes unidades geológicas de base que compõem o substrato hercínico dominante na região. A primeira corresponde aos xistos silúricos, cobertos em certas zonas pelos depósitos continentais pertencentes à bacia terciária do Tejo (arenitos e cascalheiras). A segunda corresponde a xistos, quartzitos e grauvaques câmbricos. Reconhecem-se, a par das unidades acima descritas, manchas de rochas intrusivas (granitos porfiróides e basitos) – registadas principalmente no vale da Ribeira Grande. Na parte Oeste da área em estudo, encontram-se, para além dos depósitos terciários, manchas de rochas intrusivas (grano-dioritos e micro-granitos, granitos gnáissicos e dioritos gnáissicos), a par de manchas de rochas hercínicas (micaxistos, metavulcanitos, calcários cristalinos, calcoxistos e anfíbolitos). A área de Alter Pedroso, a Este, caracteriza-se por uma extensa mancha de basitos, em contacto com ortognaisses graníticos na transição dos xistos câmbricos para os xistos pré-câmbricos.

A área em estudo é cortada transversalmente pelo curso da Ribeira Grande, subsidiária da Ribeira da Seda e que, de certa maneira, estrutura o território e, conseqüentemente, a sua ocupação. Com efeito, grande parte inclui-se na bacia hidrográfica deste curso de água. Trata-se, no geral, de uma área

bastante bem drenada, principalmente na metade oriental, com abundantes linhas de água, algumas delas de curso sazonal.

As escavações recentes conduzidas nos monumentos da Coudelaria de Alter do Chão (Oliveira, 2006), e o respectivo estudo antracológico, permitiram definir o coberto vegetal desta paisagem durante o Neolítico e o Calcolítico. Os elementos recolhidos nas antas da Horta e Soalheira permitiram evidenciar a uma redução da massa arbórea, com a diminuição dos bosques mistos de *quercus* e a extensão dos espaços abertos ou de mato arbustivo (contexto climático mais húmido que o actual), coincidindo genericamente com o processo de consolidação das comunidades camponesas (Duque Espino, 2005).

3. O ESPAÇO “MEGALÍTICO”: MONUMENTOS E ESPAÇOS NA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE

As ocorrências megalíticas da área da Ribeira Grande encontram-se registadas em cerca de 129 casos referenciados. Desde logo se salienta o reconhecimento de núcleos megalíticos, a par da ocorrência de alguns monumentos isolados que, pela sua específica localização, permitem algumas observações pertinentes para a definição do fenómeno de “megalitização” da paisagem. Foi possível definir, seguindo uma base metodológica puramente teórica, a existência de 15 “necrópoles megalíticas” e respectivos “monumentos-satélite”. Foram assim definidas tendo em conta a relação espaço-visual que os monumentos mantêm entre si – não se defendendo a sua sincronia cronológica, impossível de delimitar no estado actual dos conhecimentos. Assim, os pressupostos metodológicos que orientaram esta caracterização suportam-se unicamente em bases teóricas especificadas em conceitos generalistas – tendo sempre consciência do carácter holístico que caracteriza tal definição.

Definem-se assim as “necrópoles megalíticas” de Pedro Tourez, Torrejana, Alter Pedroso, Serra das Penas/Arneirinhos, Cumeada, São Domingos/Ladeira, Monte das Freiras, Torre do Ervedal, Pessilgais, Arneiros, Lameira, São Martinho/Paço Branco/Terosa, Herdade Grande, Vale de Maceiras e Burráz. Como monumentos isolados surgem Comenda, Quinta de São Romão, São Pedro, Herdadinha, Monte Barão, Cardosa, Monte do Rio, Chafariz 4, Barroca, Vale da Lousa, Cardoso 1,

Tapada Alta, Barba de Pele, Casas Altas, Defeza, Mortágua, Porto de Melões, Monte Branco do Mato, Aroeirais, Coutada de Baixo 2 e Sousel. Foram assim classificados por não apresentarem nenhuma óbvia relação directa com qualquer uma das necrópoles megalíticas identificadas – surgindo aparentemente isolados na paisagem (Figura 2).

Morfologicamente, é possível definir várias variâncias – seja entre necrópoles (desde necrópoles compostas por dois monumentos a necrópoles com mais de uma dezena de monumentos), seja entre monumentos componentes de uma mesma necrópole (com várias soluções arquitectónicas dentro do mesmo espaço megalítico).

Assim e apesar de certas coincidências, em relação às arquitecturas, a variabilidade é o ponto comum. Registam-se grandes monumentos (Herdade Grande 6, Penedo da Moura 1), alguns com Corredor muito longo (Arneirinhos 1) a par de pequenos monumentos de Corredor incipiente (como os registados na área dos xistos) e monumentos “proto-megalíticos” (São Martinho 1 a 3, Terrosa 2 a 5, Couto da Madalena 1). As Câmaras (e em especial o número de esteios) também parecem ser variável. Existem monumentos com sete esteios organizados a partir do esteio de Cabeceira, monumentos com oito esteios e monumentos com nove esteios com aparência de Câmara fechada. Refira-se também a arquitectura específica da anta da Horta das Antas, tendo o Corredor descentrado em relação ao eixo da Câmara. Da mesma maneira, é de salientar a existência de monumentos de Câmara e Corredor indiferenciados, dividindo-se entre os grandes monumentos de planta “piriforme” (Benavila) e os pequenos monumentos em forma de ferradura (Banejo, Vale da Lousa) (Figura 3).

Curioso é notar que uma mesma necrópole pode incluir monumentos de características arquitectónicas distintas, como Torre do Ervedal, São Martinho/ Paço Branco/Terrosa (com grande número de monumentos “proto-megalíticos”), Alter Pedroso ou Serra das Penas – podendo reflectir fenómenos diacrónicos ou ser apenas resultado de factores económicos e culturais actuando de forma diferencial. Esta realidade é igualmente comprovada para o grupo do Crato, em que o polimorfismo arquitectónico registado dentro de uma única necrópole é explicado como o resultado do “uso diferenciado dos monumentos e a diversidade dos rituais a eles associados” (Parreira, 1996, p. 85).

4. NECRÓPOLES MEGALÍTICAS DA RIBEIRA GRANDE: QUE PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO?

As mais importantes ocorrências registam-se na metade oriental da área em estudo, inseridas numa paisagem levemente ondulada, característica da pene-planície alto-alentejana. Situam-se em áreas bastante irrigadas, bem drenadas, dentro ou nas envoltórias das manchas de granitos e basitos ou nas zonas de contacto entre estas e os xistos câmbricos. Assim, as principais “necrópoles megalíticas” (e os mais evidentes vestígios de habitat) localizam-se nestas zonas específicas, onde se encontram as condições geológicas preferenciais para a construção de grandes monumentos (nomeadamente, as rochas granitóides), incluídas numa orografia favorável, com paisagens levemente onduladas e com condições de assentamento razoáveis, drenada por uma rede hidrográfica relevante, com áreas bastante irrigadas e com fácil acesso à importante fonte de recursos que constitui a Ribeira Grande, encontrando-se por aqui pequenas manchas de solos leves, ideais para a pequena agricultura de enxada. Com efeito, pelo que se conhece, as manchas graníticas identificadas na área em estudo reúnem todas as condições para o assentamento das comunidades megalíticas, assumindo-se como áreas preferenciais de exploração de recursos. Será por esta razão que os mais extensos agrupamentos de monumentos se encontram nestes contextos. As ocorrências de necrópoles pouco desenvolvidas ou de monumentos isolados surgem, por sua vez, maioritariamente em contextos de xistos silúricos.

A respeito da implantação específica dos monumentos, várias particularidades interessantes podem ser evidenciadas. Em relação à sua situação topográfica, apesar de (se os critérios topográficos forem avaliados individualmente) um maior número de monumentos se encontrar implantado em áreas baixas, se analisarmos os sistemas de implantação a uma escala geral (em termos de altimetria relativa, contabilizando, na mesma categoria, o número de monumentos implantados em planalto/rechã, esporão, elevação suave e outeiro elevado), denota-se uma clara predominância de monumentos implantados sobre elevações ou a cotas elevadas.

Assim, a implantação dos monumentos megalíticos da área da Ribeira Grande obedece a certos padrões reconhecíveis, não tão coetâneos como o desejado

para uma análise básica, mas identificáveis e facilmente grupáveis. Identifica-se, assim, uma grande variabilidade na vinculação dos monumentos à paisagem, e da relação destes com o meio envolvente – podendo ser explicada em parâmetros económicos, rituais ou cronológicos (Gonçalves, 1992).

No entanto, quando analisados a uma escala mais pormenorizada, os padrões de implantação destes monumentos podem sugerir considerações interessantes, nomeadamente quando postos em relação com pontos específicos da paisagem. Com efeito, temos na área em estudo monumentos que podem ser considerados *visíveis* e monumentos que podem ser considerados *invisíveis* – estes últimos por se encontrarem em áreas muito elevadas (como a anta da Tapada Alta e os monumentos da necrópole da Serra das Penas) ou em áreas muito deprimidas (como as antas de Mortágua e Comenda). Existem, portanto, monumentos que parecem não obedecer a uma *lógica de visibilidade* explícita. Contudo, se associarmos estes monumentos a pontos específicos na paisagem, a sua posição aparentemente absurda ganha algum sentido.

Usando o exemplo dos monumentos do grupo do Crato (de certa maneira coincidente com o caso da Ribeira Grande), onde grande percentagem se implanta em contexto paisagístico aberto ocupando “segmentos da paisagem visivelmente bem delimitados” (Parreira, 1996, p. 61), é evidente supor que o objectivo lógico da erecção destes monumentos será precisamente a sua suposta perceptibilidade na paisagem, agindo sempre como marcas de um território ocupado, o que não invalida o facto de alguns elementos registarem implantações aparentemente absurdas – dado estarem incluídos num contexto específico de inclusão na paisagem, relacionados com elementos particulares da mesma, tais como pontos de passagem, eixos de “circulação”, marcos geográficos – micro-áreas definidas como *locais*, espaços criados e conhecidos através de experiências, símbolos e significados comuns, segundo a definição de *place* defendida por Ch. Tilley (1994).

Assim, a anta de Mortágua, situada junto à Ribeira de Sousel, em pleno leito de cheia, há que ser pensada em relação com um vau deste curso de água, localizado próximo do monumento. Os monumentos da necrópole megalítica da Serra das Penas, implantados sobre uma crista rochosa de conglomerados, dominam toda a área baixa dos vales das Ribeiras de Pascoais e Chaminé. Noutro sentido, a Serra das

Penas assume-se como marco na paisagem, registando-se um importante “ponto de passagem” na Portela das Penas. A anta de Vale de Maceiras 1 implanta-se numa vertente sobranceira à Ribeira de Ana Loura, em posição frontal a um “porto” deste curso de água, causando grande impacto visual para quem o atravessa vindo do lado oposto.

Tratam-se, obviamente, de monumentos instalados em função de vias de trânsito – relacionados directamente com pontos de passagem. A possível demarcação de um eixo de circulação regista-se na necrópole da Cumeada (complementada pela necrópole de Pedro Tourez e o monumento da Comenda), erguendo-se abaixo de uma linha de cumeada, numa área genérica de encosta sobranceira à Ribeira da Seda.

Implantada em função de um importante marco geográfico, apesar de se poder citar igualmente o caso da necrópole da Serra das Penas, parece estruturar-se a necrópole de Alter Pedroso. Com efeito, a óbvia imponência do perfil escarpado do conjunto de elevações em torno das quais se estrutura esta necrópole, terá configurado em tempos pré-históricos um notável marco na paisagem – podendo ter sido usado como ponto de referência/localização.

As restantes necrópoles megalíticas (não relacionadas com nenhum ponto específico da paisagem) poderão formar ou indicar áreas de ocupação de territórios preferenciais e de marcação destes, servindo como pontos de referência dos mesmos – tendo-se como exemplo na área em estudo os extensos conjuntos de Torre do Ervedal, São Martinho/Paço Branco/Terrosa, Arneiros/Pessilgais, Herdade Grande e respectivos “monumentos-satélite”, encontrando-se espacialmente associados a lugares de habitat.

O exemplo mais evidente deste tipo de vinculação à paisagem parece ser o da última necrópole referida, parecendo marcar o seu núcleo uma extensa área territorial disposta entre si e o curso da Ribeira Grande, área esta pontuada pelos diversos vestígios de habitat identificados. Os monumentos desta necrópole desfrutam de uma excelente condição de intervisibilidade, estando assim – e pelo menos do ponto de vista visual – relacionados entre si e com o território que marcam.

Noutro sentido, as necrópoles compostas por dois monumentos (e até mesmo os monumentos isolados), poderão corresponder a algo semelhante ao que foi avançado para o caso dos monumentos do

Poço da Gateira, Reguengos de Monsaraz, fazendo-o corresponder à área de necrópole de uma pequena quinta neolítica (Gonçalves, 1992; 1999), podendo assinalar uma área pouco extensa de exploração de recursos. No entanto, as evidências de povoamento identificadas nas imediações destas necrópoles (ou monumentos isolados) não permitem traçar qualquer tipo de considerações a este respeito.

5. CONCLUINDO: O CONCEITO DE NECRÓPOLE MEGALÍTICA ADAPTADO AO EXEMPLO DA RIBEIRA GRANDE

A análise dos modelos de ocupação e utilização do espaço pelas comunidades pré-históricas não se pode dissociar de uma definição clara da paisagem e de como esta influenciou a implantação de monumentos e sítios – porquanto estes podem ser entendidos como referências de significação dessa mesma paisagem, a nível social e cultural (Garcia Sanjuán, 2000).

Neste sentido, analisar e definir o fenómeno de “megalitização” da paisagem, enquanto vínculo entre o meio ambiental e as comunidades humanas neolíticas e calcolíticas que o percorreram e exploraram (e, como consequência, os padrões de assentamento destas mesmas comunidades), terá sempre como base a leitura estruturalista do espaço – assente em três dimensões de percepção, determinadas precisamente pela aferição da relação entre o Homem e o Meio (Criado Boado, 1999). Distinguem-se assim o espaço físico/ambiental (enquanto espaço onde se desenvolvem as actividades humanas), o espaço social (enquanto espaço onde se regulam as relações entre indivíduos e entre grupos) e o espaço simbólico (enquanto espaço cultural de significação emblemática).

Da adição destes três factores, duas questões podem ser levantadas: de que modo os monumentos megalíticos influem na paisagem (enquanto referências ou marcos “legitimadores” de ocupação do espaço) e de que modo a paisagem influi nos monumentos megalíticos (em termos de suporte construtivo, implantação topográfica, morfologia).

Assim, definir as variâncias de entendimento do espaço físico (enquanto factor de implantação de monumentos e sítios) ao longo de toda a diacronia cronológica do fenómeno megalítico, definindo igualmente a articulação entre monumentos funerários e povoados (e a inserção de ambos na

paisagem) poderá resultar numa aproximação aos esquemas de entendimento do Meio por parte das comunidades megalíticas. Neste sentido, será talvez necessário reconhecer a desconformidade entre paisagem e território – referindo-se paisagem ao espaço físico propriamente dito e território ao espaço social e simbólico (incluído naquele espaço físico, mas “manipulado” de acordo com os sistemas sócio-culturais influentes). No entanto, a paisagem, enquanto conceito abstracto incluído em esquemas de percepção específicos, não se tratará também de território, na medida em que pode ser lida e interpretada de acordo com aqueles mesmos sistemas sócio-culturais definidos?

Poder-se-á, assim, distinguir Arqueologia da Paisagem de Arqueologia do Território? Entendendo a paisagem como um sistema complexo e dinâmico onde se regista a interacção de diversos factores (naturais e culturais), influenciando e sendo influenciada por estes (distinguindo-se, assim, a paisagem natural da paisagem construída ou humanizada), e o território como um espaço delimitado configurando uma ideia de apropriação geográfica, a resposta poderia ser afirmativa. No entanto, a paisagem pode ser igualmente entendida como factor estruturante do território e este como agente transformador daquela – sendo, assim, ambos elementos indissociáveis. Neste âmbito específico, o fenómeno de “megalitização” da paisagem poderá precisamente ser entendido como a condição causal da transformação da paisagem em território, na medida em que a regulamenta e delimita. Desta maneira, a paisagem deverá ser sempre entendida enquanto “construção” humana (mental ou material), sugerida pela óbvia interacção entre o ambiente natural e o ambiente social.

A leitura do território realizar-se-á, neste sentido, de acordo com a análise de modelos de assentamento (padrões de implantação de monumentos e sítios), com a definição de vias de trânsito e com a delimitação de áreas de exploração de recursos (áreas de ocupação preferencial). Tratar-se-á, pois, da construção da paisagem social, regulada pela interacção entre o espaço natural e o espaço humano (ou entre o espaço físico e o espaço sócio-cultural) – sendo que o conceito de percepção da paisagem é um conceito transmutável, passivo de ser sucessivamente revisto e reinterpretado. A própria ideia que se faz da paisagem, enquanto espaço de interacção e articulação entre o Homem e o Meio, descreve-se

em variantes graus de entendimento dependentes dos diversos domínios em que se desenvolve a actividade humana (nomeadamente, no âmbito económico, social e cultural).

Assim, o megalitismo, enquanto fenómeno de expressão cultural, manifesta a relação dos grupos construtores e utilizadores destes monumentos com a paisagem natural em que se encontram inseridos. A interpretação desta paisagem “cultural” obtém-se, desta maneira, pela percepção de todos os seus constituintes enquanto elementos de significação – legitimada pelo contexto sócio-cultural onde estão incluídos. Neste sentido, será sugerível, em detrimento de uma análise da paisagem enquanto todo orgânico pleno de significado, uma análise da sua estrutura – ou seja, uma análise da sua composição e não do seu significado estrito, pretendendo-se definir não a sua significação, mas estabelecer a relação entre os seus elementos constituintes.

Os contornos da paisagem na área em estudo encontram-se bem delimitados (cf. ponto 2). Será, portanto necessário definir como o território (enquanto espaço entendido e apreendido) se engasta nesta paisagem – ou seja, como esta foi percebida e usada, como as condicionantes paisagísticas influenciaram os modos de vidas das comunidades pré-históricas, definindo a “íntima relação entre as sociedades humanas e o seu espaço e [...] sobre a forma como essa relação se expressa materialmente” (Valera, 2000, p. 121). No âmbito específico da análise do fenómeno megalítico, tal realidade pode ser delimitada tendo em vista dois factores básicos: o contexto geológico (determinante a nível da distribuição espacial e da morfologia dos monumentos) e a implantação topográfica (em conexão com a visibilidade/invisibilidade dos monumentos e sua relação com vias de trânsito, marcos paisagísticos ou áreas de exploração de recursos). Com a clarificação destas duas condicionantes, a definição da relação entre monumentos ou grupos de monumentos (principalmente, a nível de contexto cronológico) e da relação entre monumentos e espaços de habitat revelar-se-á indispensável para um claro entendimento da percepção do espaço por parte das comunidades megalíticas.

Como ponto de partida e como acima referido, a análise do fenómeno megalítico enquanto factor dinâmico da paisagem, poderá ser conduzida tendo em conta quatro vínculos não necessariamente antagónicos (Afonso Marrero & *alli*, 2006, p. 41): 1)

situação dos monumentos em relação ao contexto geológico ou importantes marcos naturais; 2) situação dos monumentos em relação a vias de trânsito; 3) situação dos monumentos em relação a outros monumentos; 4) situação dos monumentos em relação a espaços de habitat.

De um ponto de vista teórico, tais condicionantes poderão ser lidas da seguinte maneira: “De un modo descriptivo, podríamos decir que los factores y elementos que se conjugan para determinar el emplazamiento de aquellos [monumentos megalíticos], pertenecen a dos tipos distintos de realidades, a dos subsistemas diferentes de las culturas megalíticas [...] concebidas como un sistema. Por una parte su situación es consecuencia y reflejo de la distribución espacial de las poblaciones megalíticas; esto quiere decir que en cierta medida esta relacionada con su pauta de ocupación del territorio, con lo que podría denominarse su “subsistema de asentamiento”, fenómeno que, a su vez, esta relacionada cuando menos con el “subsistema económico” y con el “subsistema de organización social” de los grupos constructores de megalitos. Y por otra parte, el emplazamiento de éstos estará condicionado por el “subsistema de creencias religiosas y de ritual”, lo que quiere decir que aquél ha de ser elegido en función de ciertas imposiciones culturales” (Criado Boado, 1984-85, p. 7) (Figura 4).

Em particular, os monumentos megalíticos da área em estudo primam pela sua heterogeneidade, caracterizada pela implantação específica dos monumentos (a nível topográfico e geológico), pela paisagem em que se incluem e pela sua própria morfologia – pelo que a caracterização das necrópoles megalíticas evidencia-se, efectivamente, pela relação espacial existente entres os monumentos, tendo sido aqui analisados do ponto de vista da sua vinculação a pontos específicos da paisagem, a possíveis vias naturais de trânsito ou a potenciais áreas de exploração de recursos (factor que se define especificamente pela identificação dos espaços de habitat).

A implantação de monumentos megalíticos em função de vias de trânsito (concretamente, em relação a rotas de transumância) foi já sugerida para o contexto regional em que se inclui o presente estudo (Chapman, 1979; em particular para o grupo megalítico do Crato, cf. Parreira, 1996, p. 93), ressaltando-se a coincidência da implantação megalítica com as linhas de cumeada.

Na área em estudo, é possível registar várias situa-

ções curiosas, no âmbito da localização específica dos monumentos megalíticos. Assim, é possível notar que um certo número de factores concorre para a coincidência de concentrações megalíticas em zonas específicas da área em estudo. Desde já, é curiosa a disposição nos limites ou no interior das manchas graníticas. E, por coincidência (ou não, já que aqui se encontram as melhores condições de assentamento) é neste espaço que se concentram os mais representativos indícios de povoamento – podendo ser encarada como áreas centrais de territórios de exploração de recursos, ficando as necrópoles votadas às áreas periféricas.

A formação de uma “necrópole megalítica” reflecte assim esquemas dinâmicos de entendimento do espaço, dependentes de uma multiplicidade de factores que condicionam a implantação dos monumentos. Desde logo se salientam dois aspectos nesta análise: um aspecto de carácter eminentemente prático procura avaliar a evolução dos espaços de necrópole, em termos de relação entre sepulturas “proto-megalíticas” e monumentos megalíticos típicos, de transição cultural entre Neolítico e Calcolítico e concentração ou periferação dos espaços funerários; um segundo aspecto, de cariz mais teórico, procura avaliar a evolução do próprio conceito de necrópole, explicando o polimorfismo dos contextos, seja em termos culturais, seja em termos cronológicos.

A conceito *necrópole megalítica* é assim encarado como simples meio de definição de um conjunto de monumentos partilhando um espaço determinado – tendo consciência de que, como referem F. Criado Boado e J. Vaquero Lastres, “sin duda son muchos los problemas que encierra esse término y por ello, en aras de rigurosidad, se ha preferido a veces dejarlo de lado y no utilizarlo. En un sentido estricto hablar de “necrópolis” implica reconocer una entidad de utilización y planteamiento que subyacería a todos los monumentos que configuran la “necrópolis”, lo que conduce a suponer que todos ellos reunidos formaron un conjunto uniforme, creado por la misma práctica social y, incluso, por la misma comunidad” (Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993, p. 236-237). Como ponto de partida, poderíamos definir o conceito de “necrópole megalítica” em quatro pontos básicos: 1) grupo de monumentos megalíticos concentrados num espaço geograficamente bem definido, tendo em conta fronteiras naturais como o relevo e/ou cursos de água, ou implantados em locais específicos da paisagem; 2) grupo de monumentos

megalíticos com proximidade relativa, existindo um alto coeficiente de visibilidade entre os monumentos; 3) grupo de monumentos megalíticos sincronicamente construídos e utilizados, resultando a homogeneidade do mobiliário votivo e contemporaneidade das manifestações rituais como factor de atribuição cronológica síncrona; 4) grupo de monumentos megalíticos construídos e utilizados por uma mesma comunidade ou por comunidades congénitas, definindo-se relações povoado/necrópole ou sincronia entre espaço dos mortos e espaço dos vivos, independentemente dos parâmetros cronológicos para a utilização de ambos contextos.

Tendo em conta estes apontamentos (entendidos como bases de análise), a área da Ribeira Grande apresenta grandes potencialidades em termos da definição do fenómeno de “megalitização” da paisagem no Sudoeste peninsular, esperando-se que o desenvolvimento da investigação venha trazer novas luzes sobre esta problemática.

Lisboa, Junho de 2013

BIBLIOGRAFIA

AFONSO MARRERO, José A.; CÁMARA SERRANO, Juan A.; HARO NAVARRO, Martín; MOLINA GONZÁLEZ, Fernando; MONTUFO MARTÍN, Antonio M.; SÁNCHEZ JIMÉNEZ, Ignacio; SPANEDDA, Liliana (2006) – Organización territorial en el valle del Río Gor en la Prehistoria Reciente. In BICHO, Nuno F. (ed.) – *Simbolismo, Arte e Espaços Sagrados na Pré-História da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve, p. 39-52.

ANDRADE, Marco António (2009) – *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de “megalitização” da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, policopiado.

ANDRADE, Marco António (2010) – Rochas com “covinhas” no contexto do megalitismo alto-alentejano: o painel de São Domingos 2 (Fronteira). *Apontamento de Arqueologia e Património*. Lisboa. 6, p. 7-14.

ANDRADE, Marco António (2011) – Fronteira megalítica: algumas considerações gerais (enquanto as particulares não estão ainda disponíveis) a respeito das «necrópoles megalíticas» da área do Concelho de Fronteira. In CARNEIRO, André; OLIVEIRA, Jorge; ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (coords.) – *Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3as Jornadas*. Lisboa: Edições Colibri, p. 63-82.

- BOAVENTURA, Rui (2006) – Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do *cluster* de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 21. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 61-74.
- CHAPMAN, Robert (1979) – Transhumance and megalithic tombs in Iberia. *Antiquity*. Durham. 53: 208, p. 150-152.
- CARNEIRO, André (2005) – *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*. Lisboa: Câmara Municipal de Fronteira/Edições Colibri.
- CRIADO BOADO, Filipe (1984-85) – El tercer factor o la lógica oculta del emplazamiento de los túmulos megalíticos gallegos. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela. 45: 100, p. 7-18.
- CRIADO BOADO, Filipe (1999) – Del terreno al espacio: planteamiento y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. *Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje*. Santiago de Compostela. 6.
- CRIADO BOADO, Filipe; VAQUERO LASTRES, Jacob (1993) – Monumentos, nudos en el pañuelo. Megalitos, nudos en el espacio: análisis del emplazamiento de los monumentos tumulares gallegos. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid. Série 1(*Prehistoria y Arqueología*), 6, p. 205-261.
- DUQUE ESPINO, David M. (2005) – Resultados antracológicos de los yacimientos de la Coudelaria de Alter do Chão y su integración en las secuencias paleoecológicas y paleoambientales de la Prehistoria Reciente del Suroeste peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 21-41.
- GARCÍA SANJUÁN, Leonardo (2000) – Large stones, sacred landscapes. Inserting Megalithism within an analysis of Social Complexity in Recent Prehistory. *Era Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 122-135.
- GONÇALVES, Victor S. (1992) – *Reverendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Uniarq/INIC (Cadernos da Uniarq, 2).
- GONÇALVES, Victor S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- ISIDORO, Agostinho F. (1966) – Contribuição para o estudo da Arqueologia do concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo). *Lucerna*. Porto. 5 (*Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*), p. 384-414.
- LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Western*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1: 2.
- OLIVEIRA, Jorge (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Edições Colibri.
- OLIVEIRA, Jorge (2006) – *Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade de Évora.
- PARREIRA, Rui (1996) – *O conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo): contribuição para o registo das antas portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, policopiado.
- RIBEIRO, Ana C. (2008) – Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis. *Al-madan online – Adenda electrónica*. 2ª série, 16, p. 1-12.
- ROCHA, Leonor (2011) – Contributo para o conhecimento do património arqueológico do concelho de Sousel. In CARNEIRO, André; OLIVEIRA, Jorge; ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (coords.) – *Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3as Jornadas*. Lisboa: Edições Colibri, p. 351-360.
- TILLEY, Christopher (1994) – *A Phenomenology of Landscapes: Places, Paths and Monuments*. Oxford: Bloomsbury Academic.
- VALERA, António C. (2000) – Em torno de alguns fundamentos e potencialidades da Arqueologia da Paisagem. *Era Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 112-121.

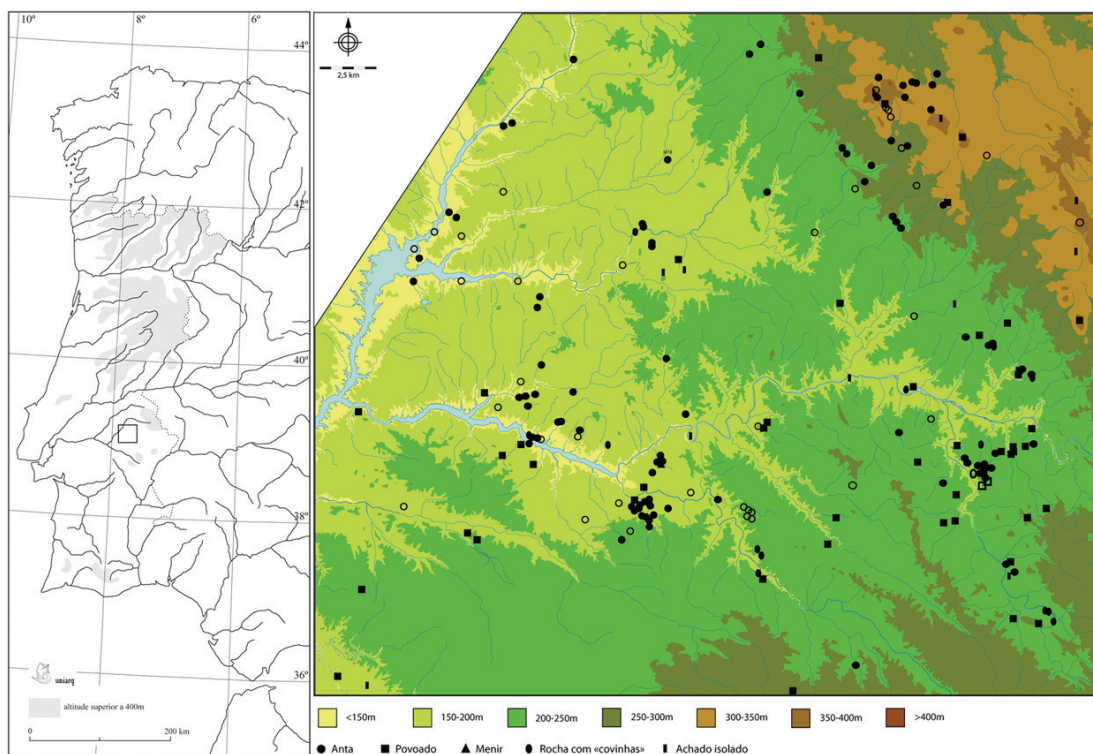


Figura 1 – Localização da área em estudo no Extremo Ocidente Peninsular (A). A área da Ribeira Grande com indicação dos monumentos e sítios cartografados no âmbito do projecto MEGAFRONT (B).

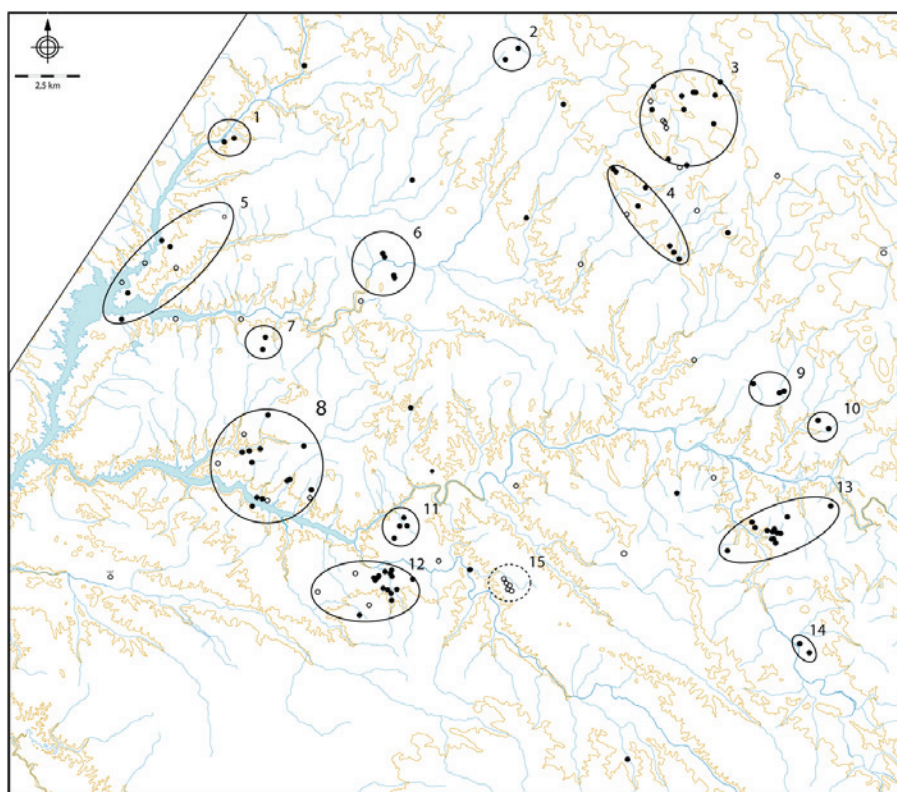


Figura 2 – “Necrópoles megalíticas” definidas na área em estudo: Pedro Tourez (1); Torrejana (2); Alter Pedroso (3); Serra das Penas/Arneirinhos (4); Cumeada (5); São Domingos/Ladeira (6); Monte das Freiras (7); Torre do Ervedal (8); Pessilgais (9); Arneiros (10); Lameira (11); São Martinho/Paço Branco/Terrosa (12); Herdade Grande (13); Vale de Maceiras (14); Burráz (15).

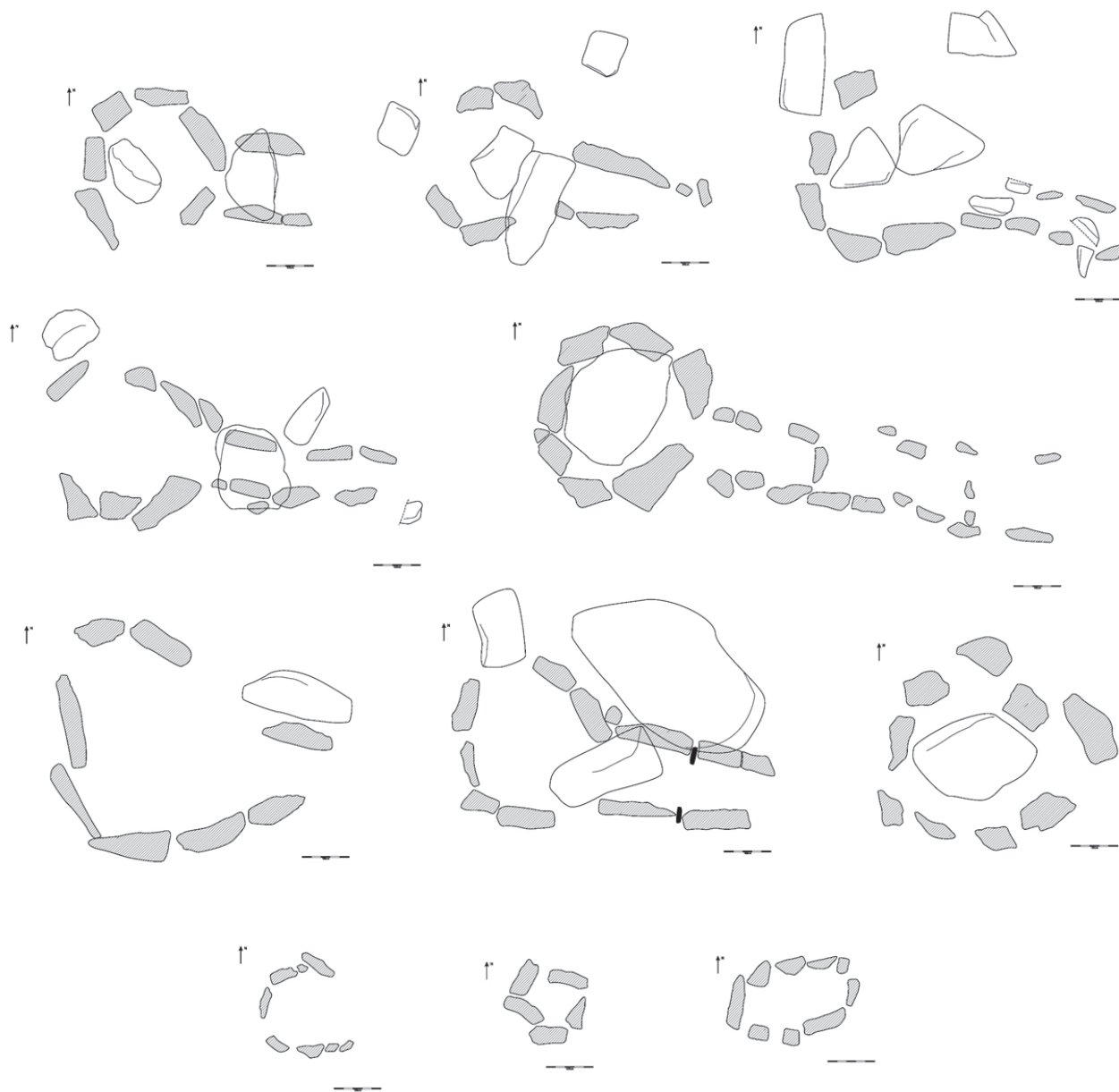


Figura 3 – Exemplos da variabilidade arquitectónica dos monumentos componentes das “necrópoles megalíticas” da área da Ribeira Grande: monumentos de Câmara e Corredor diferenciados, de Corredor curto (Lameira 1), Corredor médio (Lameira 4), Corredor longo (Torre do Ervedal 5 e Paço Branco 2) e Corredor muito longo (Arneirinhos 1); monumentos de Câmara e Corredor indiferenciados, de planta piriforme (Benavila); monumentos com o Corredor descentrado em relação ao eixo da Câmara (Horta das Antas); monumentos fechados, sem Corredor (Serra das Penas); monumentos “proto-megalíticos”, de planta em ferradura (Vale da Lousa); de Câmara poligonal fechada (Almanhares 3) e de tendência cistóide (Terrosa 5).

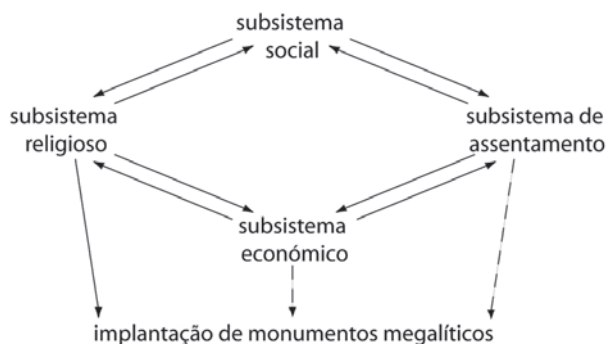
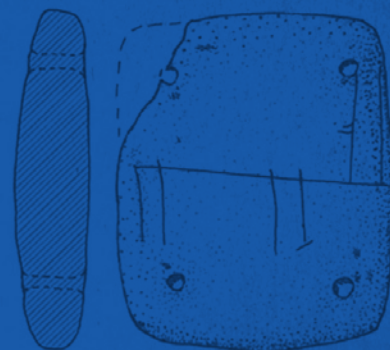
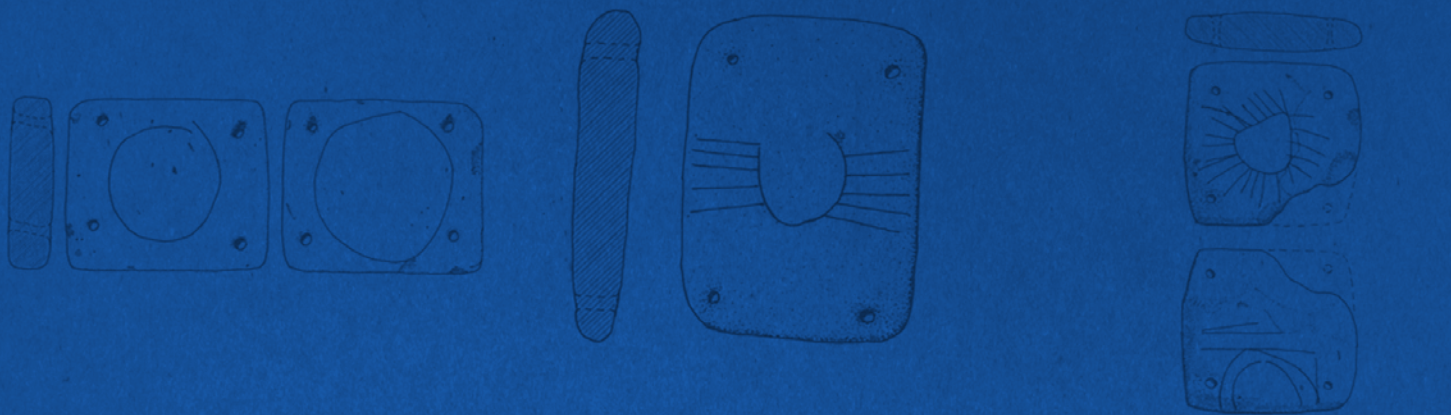


Figura 4 – Esquema básico da implantação de monumentos megalíticos, de acordo com a interacção dos diversos subsistemas (segundo Criado Boado, 1984-85, p. 8).

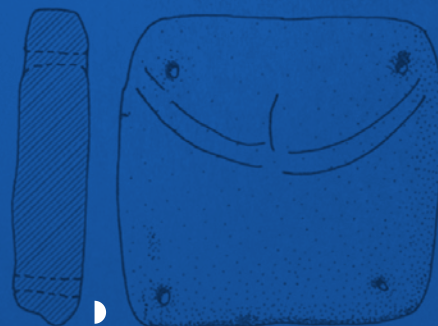


AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial



Apoio institucional



FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua